



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Educação

O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UMA SISTEMATIZAÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Beatriz Silveira¹
Mariana Pfeifer²

Resumo: O artigo objetiva sistematizar a prática do Serviço Social no Ensino Superior, mais precisamente na assistência estudantil de indígenas e quilombolas graduandos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a partir da experiência adquirida no estágio supervisionado realizado na Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD/UFSC).

Palavras-Chave: Ações Afirmativas; Questões étnico-raciais; Assistência Estudantil; Estágio Supervisionado.

Abstract: The article aims to methodize the practice of Social Work in Higher Education, more precisely in the student assistance of natives and quilombola graduates of the Federal University of Santa Catarina (UFSC), from the gained experience in the supervised internship carried out in the Secretariat of Affirmative Actions and Diversity (SAAD / UFSC).

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma sistematização do trabalho do Serviço Social na Secretaria de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especificamente identificando o trabalho que vem sendo construído pelo Serviço Social no atendimento às demandas de estudantes indígenas e quilombolas através da criação da Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais.

Busca-se socializar as reflexões nascidas do processo de estágio supervisionado no espaço sócio ocupacional acima descrito. Para tanto, caberá em um primeiro momento identificar o contexto institucional no qual se insere a Secretaria de Ações Afirmativas e então, a partir disso, descrever elementos de caracterização dos usuários da Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais, as particularidades da atuação das profissionais lá inseridas, assim como a inserção da estagiária neste campo.

Cabe ressaltar, ainda, que o presente artigo resulta de uma das primeiras experiências de estágio supervisionado na Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais, num esforço de

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, E-mail: beatrzsivr@gmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, E-mail: beatrzsivr@gmail.com.

sistematização do campo de estágio por parte da estagiária em articulação com a supervisão de campo e a supervisão acadêmica. Neste sentido, compreende-se aqui o estágio em Serviço Social a partir da concepção de supervisão direta, cujo processo de aprendizado se faz pela atuação de três sujeitos: a estagiária, a supervisão de campo e a supervisão acadêmica. Conforme os princípios norteadores para a realização do estágio, orientados pela Política Nacional de Estágio Supervisionado em Serviço Social,

Ressaltamos, ainda, o princípio que prevê a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, em que o estágio, enquanto atividade didático-pedagógica, pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do(a) estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social (ABEPSS, 2010, p. 13).

A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fundada em 1960, objetivando a promoção do ensino, da pesquisa e da extensão, configura-se como uma universidade pública e gratuita, e possui *campi* interiorizados em mais quatro municípios de Santa Catarina: Araranguá, Curitibanos, Joinville e Blumenau. A inserção do Serviço Social nesse espaço se dá de maneira tímida, em 1970, tendo a sua atuação voltada ao atendimento e orientação dos estudantes da UFSC (BORGES, 2016).

Segundo relato feito pela assistente social Doroti Terezinha Caetano Losso para a construção do livro “Serviço Social de Atenção ao Servidor da UFSC: Percorrendo sua história” (BORGES, 2016), em 1979, eram apenas quatro assistentes sociais atuando na universidade, todas voltadas para o atendimento aos estudantes. Contudo, conta que, já naquela época, começavam a surgir também demandas dos servidores, relativas, principalmente, ao alcoolismo, ausência repetida e relacionamento entre chefia e servidor.

Atualmente, 40 anos depois, há presença de assistentes sociais nos seguintes setores: Divisão de Serviço Social - Atenção ao Servidor (DiSS); Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI); Hospital Universitário (HU); Museu de Arqueologia e Etnologia (Marque); Colégio de Aplicação; Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs); Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE); Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI); Assistência Estudantil dos *campi* Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville; e Secretaria de Ações Afirmativas (SAAD). Cada um desses setores desenvolve atividades específicas, de acordo com o público-alvo atendido (servidores, estudantes e comunidade externa).

Cabe lembrar que, além de sua inserção ocupacional enquanto corpo técnico, o Serviço Social ainda se insere na UFSC com seu curso de graduação, desde 1961, quando

o curso da Faculdade de Serviço Social inaugurado em Florianópolis em 1958, vinculada à Fundação Vidal Ramos, se agrega a então recém criada Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2001, o Serviço Social cria seu curso de mestrado e em 2010 o doutorado, ambos vinculados ao seu Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS). Neste sentido, os profissionais do Serviço Social se inserem na UFSC tanto na carreira técnico-administrativa quanto na carreira docente.

A SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES DA UFSC

Apesar das Ações Afirmativas terem sido implementadas na UFSC em 2007, a existência de uma secretaria de acompanhamento específica para os atendimentos desses estudantes ainda é muito recente. Entende-se por Ações Afirmativas, o conjunto de políticas que objetivam acelerar o processo de ascensão e igualdade daqueles historicamente marginalizados, tendo em vista que “não basta apenas proibir a discriminação, [...] são essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais” (PIOVESAN, 2008, p. 890).

Foi em 2016, que a UFSC criou a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), órgão executivo central e integrante da Administração Superior da universidade, cuja atribuição é auxiliar na proposição, implementação, consolidação e monitoramento das políticas de ações afirmativas e diversidades no âmbito da universidade.

Atualmente, a SAAD é composta por 6 coordenadorias, sendo estas: Coordenadoria de Relações Étnico-raciais (CRER); Coordenadoria de Ações de Equidade (CAEq); Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN), Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE), Sala de Apoio à Amamentação (SAAM) e Coordenadoria de Inclusão Digital (COID).

Anteriormente a criação da SAAD, os setores que existiam estavam vinculados à PROGRAD e à PRAE, sendo o Setor de Ações Afirmativas o espaço em que eram trabalhados assuntos de acessibilidade e questões étnico-raciais, hoje delegados à CAE e a CRER. Nesta organização, as questões do ingresso dos estudantes cotistas apareciam muito mais do que as questões da permanência estudantil. Em contrapartida, ainda não existem serviços nestas áreas replicados nos *campi*, onde os atendimentos continuam sendo realizados pela assistência estudantil local, que já possui um grande volume de trabalho.

É importante ressaltar que apenas as duas últimas coordenadorias (CAE e COID) existem oficialmente no organograma da UFSC, com suas devidas funções gratificadas e delimitação das atividades. Compõe ainda o conjunto de ações na área os seguintes

serviços: Serviço de apoio ao indígena e quilombola, Serviço de divulgação das ações afirmativas, Serviço de apoio à mulher, Serviço de Apoio a projetos.

O trabalho na Secretaria de Ações Afirmativas (SAAD) conta com duas assistentes sociais, a primeira inserida na Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE) e a segunda locada no Serviço de Apoio ao Indígena e Quilombola, ofertado pela Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais (CRER).

Sua atuação se relaciona principalmente à Política de Educação e, em consonância com as demandas apresentadas pelos usuários, o trabalho profissional nesta área também articula-se com a Política de Saúde e de Assistência Social, com foco nos Programas e Políticas destinados à população indígena e quilombola.

Em relação às legislações e políticas que subsidiam a atuação profissional no campo das ações afirmativas na educação superior, estão: o Plano Nacional de Educação (PNE); o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes; a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio; a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 do Supremo Tribunal Federal, de 26 de abril de 2012, a qual julga as cotas constitucionais e fixa novo precedente para reserva de vagas, Lei de Cotas nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e suas regulamentações através do Decreto nº 7.824/2012 e sua posterior alteração através do Decreto nº - 9.034/2017; a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas; Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica; a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, entre outras.

Na Secretaria de Ações Afirmativas, o público alvo é constituído por diferentes grupos. As pessoas com deficiência são atendidas principalmente pela Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE); os estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas são atendidos pela Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais (CRER); vítimas de violência de gênero ou violências referentes à sexualidade são atendidas pela Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN); e, estudantes cujas famílias tenham uma renda per capita de até 1,5 salário mínimo que ingressaram na universidade pelas cotas de Ações Afirmativas têm atendimento da Coordenadoria de Ações de Equidade (CAEq).

O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA COORDENADORIA DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DA UFSC

A Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais (CRER) atende principalmente estudantes indígenas e quilombolas dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Contudo, são também atendidas demandas espontâneas relacionadas a situações de racismo na universidade, tanto de estudantes quanto de servidores. Na Coordenadoria atuam dois técnicos-administrativos em educação, sendo uma assistente social e um assistente em administração. A atual assistente social iniciou suas atividades nesta coordenadoria em abril de 2018, portanto, a identificação do objeto e objetivos do Serviço Social e das demandas dos usuários ainda é recente e está sendo construída.

A atuação da Assistente Social e as atividades de estágio supervisionado em Serviço Social estão relacionadas ao atendimento e acompanhamento de indígenas e quilombolas da instituição; já o assistente em administração tem suas atividades relacionadas ao ingresso de cotistas pretos e pardos.

A Coordenadoria possui como objetivos: “atuar como canal de apoio para estudantes indígenas, negros e quilombolas com estratégias para acolhimento e inserção dos estudantes no ensino, pesquisa e extensão; compartilhar informações de conscientização contra o racismo e orientar em casos de crimes raciais; e, promover a visibilidade e o reconhecimento do patrimônio cultural indígena, afro-brasileira e africana”³.

De acordo com Amaral e Baibich-Faria (2012, p. 820 – 821), uma das particularidades do ingresso dos estudantes indígenas nas universidades é a sua motivação: a intenção é fortalecer as suas comunidades e contribuir para o desenvolvimento coletivo. Existe um rompimento com a lógica individualizante e fragmentadora promovida pela sociedade capitalista.

Além disso, “a permanência desses acadêmicos na universidade encontra-se vinculada as suas possibilidades e estratégias em manter a dupla pertença que os caracteriza” (AMARAL, BAIBICH-FARIA, 2012, p. 821), ou seja, a permanência dos estudantes indígenas no espaço universitário, para as autoras, está diretamente ligada a possibilidade de articulação entre sua identidade étnica e identidade estudantil. O que exige compreender o que é o modelo de estudante universitário esperado pela universidade e por que este modelo pode ser conflituoso com as diferentes formas de existência, em especial das estudantes indígenas

³ Informações disponíveis no site saad.ufsc.br. Consulta realizada em 06/06/2018.

A inserção dos estudantes indígenas aconteceu na UFSC, principalmente, após a Política de Ações Afirmativas institucional, datada de 2007, e que dispôs de cinco vagas suplementares para a graduação, sendo criadas novas vagas a cada ano, até um total de 10 vagas em 2013. A partir de 2013, houve a ampliação desse número com a abertura de três novas vagas por ano, até perfazer o total de 22 vagas em 2017. Além das vagas suplementares, os candidatos indígenas também podem ingressar na UFSC através da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) que assegura vagas para pretos, pardos e indígenas. Este processo dialoga com a seguinte reflexão:

O aumento significativo de escolas e de alunos aponta um crescente e acelerado processo de escolarização em terras indígenas, que sugere também a universidade como um direito, fomentando a exigência política de que se abram as portas para esse setor da sociedade brasileira até então praticamente ausente dos espaços acadêmicos (BERGAMASCHI; DOEBBER; BRITO, 2018, p. 39).

Disto resulta que, no primeiro semestre do ano de 2019, registram-se 147 estudantes indígenas em graduação⁴ na UFSC, 59% homens e 41% mulheres, com idades entre 18 e 53 anos (sendo que 65,9% possuem até 30 anos). Estes se dividem em 13 etnias: Baré (Região Norte); Fulni-ô (Região Nordeste); Guarani (Regiões Sul/Sudeste/Centro Oeste); Kaingang (Região Sul); Kamayurá (Região Centro Oeste); Krenak (Regiões Sudeste/Centro Oeste); Munduruku (Regiões Norte/Centro Oeste); Parintintin (Região Norte); Ticuna (Região Norte); Xacriabá (Região Sudeste); Xokleng (Região Sul); Yawalapati/Waurá (Região Centro Oeste). Além disso, estão matriculados em 39 cursos da universidade, sendo que os cursos com o maior número de estudantes indígenas são respectivamente: Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Medicina e Odontologia.⁵

Quanto aos estudantes quilombolas, sua inserção a partir das ações afirmativas aconteceu apenas em 2016, com a criação de 9 vagas suplementares para a graduação por ano. Atualmente são 46 estudantes quilombolas no total, sendo que no último levantamento feito pelo Serviço Social estes eram pertencentes a seis comunidades diferentes, sendo elas: Aldeia; Morro do Fortunato; Invernada dos Negros; Vidal Martins; Toca Santa Cruz; Margens do Rio Novo, Rio Preto e Riachão.

A aproximação com os indivíduos e com o campo de atuação facilita o entendimento e otimiza a busca por estratégias para alcançar os objetivos que norteiam a prática profissional. Conhecer quem são e de onde chegam essas pessoas, quais as barreiras que elas estão encontrando dentro da universidade e como superar essas dificuldades são as questões que aparecem no momento.

Nesse sentido, o Serviço Social tem feito a sistematização dos dados disponíveis na instituição, assim como tem realizado entrevistas individuais como instrumentos técnico-

⁴ Atualmente não há levantamento oficial do número de estudantes indígenas em pós-graduação.

⁵ Levantamento realizado pela assistente social e estagiária a partir dos dados disponíveis na instituição.

operativos usados para conhecer e identificar as particularidades destes usuários, suas condições e modos de vida, assim como suas demandas.

Visando a sua permanência na universidade, os estudantes indígenas e quilombolas têm direito aos seguintes auxílios disponibilizados pela assistência estudantil da UFSC: isenção dos passes para o Restaurante Universitário para todos os estudantes que comprovarem pertencimento étnico; isenção na taxa de pagamento dos cursos de línguas estrangeiras oferecidos pelo Departamento de Literatura e Línguas Estrangeiras (DLLE), cujo acesso é mediante edital, conforme número de vagas oferecidos pelo DLLE; Auxílio Creche de até R\$ 771,00 concedido mediante edital aos estudantes com renda de até 1,5 salário mínimo *per capita*, que possuam filhos de até 6 anos de idade e que não tenham conseguido vaga em instituição pública; possibilidade de Auxílio Emergencial e Excepcional, conforme Portaria Normativa Conjunta 1/2019/PRAE/SAAD, de 25 de abril de 2019, no valor de R\$ 1.350,00 dividido em três parcelas de R\$ 450,00 para indígenas e quilombolas ingressantes da universidade; e a Bolsa Permanência do MEC, principal auxílio financeiro recebido pelos estudantes, é instrumento fundamental para que estes deem continuidade aos seus estudos e se mantenham na cidade.

Contudo, desde o Governo Temer, as bolsas estão sendo cortadas e se acentuaram já nos primeiros meses do Governo Bolsonaro, o que tem causado a desistência de muitos indígenas e quilombolas pela ausência de condições materiais para sua permanência fora de suas comunidades, ocasionando a não conclusão do curso e, levando-os a retornar para as comunidades sem a titulação, e cujas profissões contribuem para com as demandas coletivas de suas etnias.

Para além dos benefícios apontados acima, existe a tentativa do Serviço de apoio ao Indígena e Quilombola de articulação com outras políticas sociais e organizações da sociedade civil através dos encaminhamentos para os serviços públicos, principalmente para as áreas da psicologia e saúde. No momento, esse processo ainda está sendo construído e, durante os anos de 2018 e 2019, tentou-se mais a articulação interna e o mapeamento dos serviços existentes na UFSC e região.

Em relação às articulações com os espaços de participação e controle social-democrático, busca-se o contato com a Associação dos Estudantes Indígenas da UFSC (AEIUFSC) e com as lideranças do movimento indígena e quilombola.

Conforme Sarmiento (2013, p. 104), compreende-se que o “pensar e fazer do profissional de Serviço Social leva necessariamente a problematizar, a discutir o que faz o assistente social em seu cotidiano, como faz e para que faz”. Ou seja, nos leva a entender que identificar os elementos ético-políticos, técnico-operativos e teórico-metodológicos do espaço de inserção profissional é fundamental para qualificar a sua atuação. Tendo isso em

vista, as atividades que vêm sendo desenvolvidas pelo Serviço Social na Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais (CRER) são:

- Realizar acolhimento aos ingressantes indígenas e quilombolas de cada semestre;
- Orientar os estudantes sobre os serviços existentes na UFSC;
- Acompanhar os estudantes indígenas e quilombolas tendo em vista estratégias para sua permanência e conclusão do curso;
- Realizar encaminhamentos ao acompanhamento pedagógico ou à rede socioassistencial do município, quando apresentada a demanda pelos estudantes indígenas e quilombolas;
- Desenvolver análises e estudos que auxiliem na definição do perfil dos estudantes indígenas e quilombolas;
- Participar de reuniões de avaliação e planejamento das Ações Afirmativas da UFSC junto à Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade e demais setores da Universidade;
- Realizar contatos com familiares dos estudantes, quando necessário;
- Realizar reuniões com o Apoio Pedagógico/PROGRAD e com coordenadores de curso para pensar estratégias relacionadas ao desempenho acadêmico dos estudantes indígenas e quilombolas;
- Executar e elaborar procedimentos técnicos relacionados à área de Serviço Social;
- Desenvolver atividades interdisciplinares em conjunto com demais servidores técnico-administrativos e docentes;
- Participar de eventos e fóruns de Serviço Social e áreas afins, bem como em ações destinadas às Ações Afirmativas;
- Participar de Comitês e Comissões relacionadas às demandas apresentadas pelos estudantes;
- Propor e executar programas e auxílios que tenham como objetivo a permanência estudantil de estudantes indígenas e quilombolas;
- Apoiar os processos de Validações das Autodeclarações de Indígenas, Quilombolas e de Renda dos candidatos classificados pelo Vestibular, Sistema de Seleção Unificada (SISU) e Vagas Suplementares;
- Executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pela SAAD.

Neste campo, configuram atividades da estagiária as seguintes ações, que são supervisionadas e orientadas pela supervisão de campo e pela supervisão acadêmica:

- Reconhecer e analisar o espaço sócio ocupacional, a política social e o assistente social como trabalhador assalariado e as condições de trabalho;

- Conhecer o trabalho profissional e suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica;
- Elaborar o plano de estágio;
- Contribuir no acompanhamento de estudantes indígenas e quilombolas da UFSC;
- Contribuir nos processos de validações das auto declarações de renda, étnico-racial, de indígenas e de quilombolas;
- Contribuir na articulação dos setores da universidade e da comunidade externa tendo em vista a permanência e conclusão do curso dos estudantes indígenas e quilombolas;
- Contribuir na orientação de estudantes indígenas e quilombolas acerca de seus direitos;
- Participar de reuniões junto aos estudantes para identificação de demandas;
- Realizar levantamentos e pesquisas que contribuam na identificação das demandas dos usuários e na reflexão sobre as possíveis intervenções;
- Elaborar, desenvolver e avaliar projeto de intervenção de estágio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme publicado pelo CFESS (2011, p. 50), entende-se que a atuação do assistente social na política de educação deve ser pautada na luta pela universalização do acesso e ampliação das políticas de permanência, “situando a educação no campo dos direitos humanos e sociais, concebendo a política educacional enquanto política efetivamente pública que coloca ao alcance de todos os conhecimentos, a cultura e a tecnologia socialmente produzidos”.

Neste sentido, vale pontuar a necessidade de contínua leitura crítica da prática, em especial nos processos de Validações de Renda, nos quais se realiza a análise documental dos comprovantes de que o indivíduo inscrito na categoria de cotas se enquadra no público alvo, composto por pessoas de renda até 1,5 salário *per capita*. Entendendo que o processo assegura que as vagas sejam destinadas ao público-alvo das cotas de renda; contudo, compreendendo também que para avançar se faz necessária uma universidade de acesso universal e de caráter democrático, sendo assim, contrária ao mercado de vestibulares institucionalizado e compreendendo que com o amplo acesso da população às universidades públicas o processo de validação e fiscalização dos candidatos não seria necessária.

Compreender os processos de constituição dos sujeitos coletivos e de suas lutas é condição de uma educação emancipadora, posto que qualificam a democracia como um

processo e não como um valor liberal, que se fundamente na garantia do respeito à diversidade humana, da afirmação incondicional dos direitos humanos, sem as quais não se viabiliza uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica (CFESS, 2012).

Por fim, pode-se refletir que a perspectiva do direito social enfatizada na direção ético-política do Serviço Social, em grande medida é atropelada pela seletividade imposta pela instituição, através dos critérios para a concessão (TRINDADE, 2012, p. 75) e inclusão em políticas de permanência, assim como pela burocratização do acesso aos bens, serviços e auxílios necessários à permanência estudantil. O que se consubstancia em uma dificuldade para realizar a articulação técnico-política profissional de maneira a efetivar os direitos da população atendida, já que muitas vezes a instituição e os profissionais que ocupam os cargos superiores não possuem a mesma leitura de mundo e a mesma direção política que o Serviço Social se propõe a ter em seu projeto ético-político.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto; BAIBICH-FARIA, Tânia Maria. **A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 93, n. 235, p. 818-835, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v93n235/14.pdf>.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **PNE: Política Nacional de Estágio**. Rio de Janeiro, 2010. 44 p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patricia Oliveira. **Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência**. Rev. Bras. Estud. Pedagog., Brasília, v. 99, n. 251, p. 37-53, Jan. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812018000100037&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Se.. 2018.

BORGES, Maria Alice Pereira. **Serviço social de atenção ao servidor da UFSC: percorrendo sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 06 maio 2018.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Estudos Feministas**, vol. 16, no. 3, 2008, pp. 887–896.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Instrumental Técnico e o Serviço Social. In: SANTOS, C. M. BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p. 103-120.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012. p. 69-102.